

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.349.495 - SP (2018/0213730-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : VIACAO COMETA S A
ADVOGADO : MARCELO SALLES ANNUNZIATA E OUTRO(S) - SP130599
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, II, "D", DO RISTJ. PROVIMENTO PARA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL MEDIANTE REAUTUAÇÃO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão monocrática que não admitiu recurso especial por entender que *"não é admissível o recurso especial no qual se alegue exclusivamente violação a dispositivos constantes de atos normativos infralegais"* (e-STJ fls. 274/276).

Alega a agravante que o recurso especial foi interposto por violação aos artigos 385 e 386 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) (Decreto nº 3000/99 RIR) que nada mais é do que a consolidação de diversas normas esparsas na legislação federal que tratam do imposto de renda. Afirma que o decreto e o regulamento federais estão compreendidos no conceito de lei federal, para os fins do recurso especial, na linha do precedente EREsp 663.563/RJ, Rel. Min. Ari Pargendler, Corte Especial, DJ de 18/2/2008. Pede seja superado o obstáculo para julgamento do recurso especial (e-STJ fls. 283/289).

Contraminuta nas e-STJ fls. 296/299.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso foi interposto na vigência do CPC/2015, o que atrai a incidência do Enunciado Administrativo Nº 3: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Com razão a agravante. A Corte Especial deste Tribunal já decidiu que o termo lei federal, para fins de interposição do recurso especial, abrange também os decretos. Nesse sentido: EREsp. n. 663.562/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 18/02/2008; EREsp. n. 919274 / RS, Corte Especial, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 01.08.2013. O argumento se reforça quando em exame artigos do Regulamento do Imposto de Renda que trazem mera reprodução compilada da lei em vigor, além de indicar, cada qual, o artigo de lei a que se refere. Claro o posicionamento jurisprudencial:

"4. A jurisprudência assentada no STJ considera que, para efeito de cabimento de recurso especial (CF, art. 105, III), compreendem-se no conceito de lei federal os atos normativos (= de caráter geral e abstrato), produzidos por órgão da União com base em competência derivada da própria Constituição, como são as leis (complementares, ordinárias, delegadas) e as medidas provisórias, bem assim os decretos autônomos e regulamentares expedidos pelo Presidente da República (Emb.Decl. no Resp 663.562, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 07.11.05). Não se

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

incluem nesse conceito os atos normativos secundários produzidos por autoridades administrativas, tais como resoluções, circulares e portarias (Resp 88.396, 4ª Turma, Min. Sálvio de Figueiredo, DJ de 13.08.96; AgRg no Ag 573.274, 2ª Turma, Min. Franciulli Netto, DJ de 21.02.05), instruções normativas (Resp 352.963, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 18.04.05), atos declaratórios da SRF (Resp 784.378, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 05.12.05), ou provimentos da OAB (AgRg no Ag 21.337, 1ª Turma, Min. Garcia Vieira, DJ de 03.08.92)" (REsp. n. 627.977 / AL, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 28.11.2006).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, CONHEÇO DO AGRAVO para determinar sua AUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator